

A Classe Operária

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



LEANDRO SCHILIPAKE

CUT rejeita o capitalismo

A plenária da CUT, reunida em São Paulo, aprovou a luta pela superação do capitalismo e por uma sociedade socialista, a solidariedade com Cuba e, em decisão polêmica, a filiação à CIOSL. PÁGINA 9

SBPC retoma luta e pede fora Collor

PÁGINA 9

Acordo da dívida

FARSA E TRAIÇÃO NACIONAL



LEANDRO SCHILIPAKE

Campanha reforça o PCdoB

Eleição dá chance para socialismo

A política do PCdoB é "uma só em plano nacional" e as campanhas municipais são ocasião para levar esta luta até o povo. Em entrevista, o secretário de Agitação e Propaganda do CC, Rogério Lustosa, diz que "os problemas nos municípios não podem estar dissociados das questões nacionais" e que a defesa do socialismo precisa se apoiar "nos problemas concretos". PÁGINA 5

PCdoB é "sal da esquerda", diz intelectual

PÁGINA 11

Comunistas indianos avaliam crise

PÁGINA 4

A farsa propagandística quis mostrar o acordo acertado com os banqueiros internacionais como "a salvação nacional". Na verdade é uma tentativa desesperada de Collor e Marcílio salvarem o

Governo e sua política antinacional e antipopular ameaçados pelas provas inequívocas de corrupção e crimes do Presidente já conseguidas pela CPI e que justificam a saída imediata de Collor. PÁGINA 7

Mobilização popular após CPI



LEANDRO SCHILIPAKE

Sociedade civil age e exige ética na política e investigações rigorosas na CPI com punição dos culpados.

PÁGINA 6 e EDITORIAL PÁGINA 3

Imperialismo quer matar o



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PÁGINA 12

CARTAS

A Provação da Igualdade

Para Margot Machado Padrón,
por sua luta, seja na paz, seja na guerra.

Foi num dia desses, lendo sobre vidas de mulheres fortes, guerreiras, altivas, que lutaram em Cuba, em batalhas vivas, contra a injustiça e a cruel ferida

Da dominação de fora e a impingida dos próprios irmãos de moral furtiva que vendem seus próximos, vidas ativas, foi af que eu vi lição de ser, vi vida.

Quando vejo o exemplo de Cuba, humano, e a fé na igualdade com que foi à guerra, penso então no grave sentido de hermano.

Penso no Brasil, na riqueza e na fome.

Lamento meu povo, nossa triste terra que nunca provou a igualdade entre os homens.

Vicente Cechelero
São Paulo - SP

Homenagem a João Bosco

Te chumbaram na noite meu amigo e meu irmão como abatem um boi brabo te deixaram no chão...

Os homens tramaram tua morte e fizeram o teu destino apertaram o gatilho e apagaram a tua vida

Teu sangue ficou na calçada teus sonhos no ar e a chuva não lavou e o tempo não vai levar

Você era um bom companheiro e o povo não vai te esquecer teus filhos vão lembrar que da luta você não fugiu

Teus carrascos estão impunes pois o dinheiro domina esse sistema sem lei onde o parasitismo prolifera e germina

Luzivan Alves de Freitas
Tarauacá - Acre.

LÚCIO & FLÁVIO



Necessidade vital

Dívida externa? Mobilização Popular? Paralisação da CPI? Investigações até o fim?

Fazer um jornal é um esforço permanente de escolha; até decidir o que noticiar; o que destacar; qual é a manchete. Fator que se acrescenta aos profissionais quando o jornal é dedicado à luta da classe operária, orientada pelo seu Partido. Para esta edição, as dúvidas não foram pequenas, até a definição final de que a objetiva análise do acordo da dívida, altamente lesivo ao País e ao povo e a denúncia do caráter propagandístico e marquetoso que o governo Collor; usou para sua divulgação são os fatos mais importantes noticiados nesta edição.

Acuado, Collor usou este acordo como sua bóia de salvação, tentando evitar naufragar no oceano de lama que seu próprio governo criou. E tenta apresentar isso como "salvação nacional". Desvendar os meandros destas mentiras é tarefa de um jornal como "A Classe Operária" e razão de sua existência.



Mas não é só isso. É também orientar unitariamente filiados e amigos do Partido, mostrando suas atividades internas e expondo diretivas ou, simples, indicativos para a ação. Como esta edição da "Classe" faz ao publicar o resultado do ativo partidário para a Conferência de Saúde e a entrevista do membro do Comitê Central, Rogério Lustosa, sobre a ação política na campanha eleitoral. Nessa trilha buscamos reafirmar o jornal como necessidade vital.

Ana Maria Rocha

Acordo contra o povo

Ontem em edição extraordinária, o "Plantão do Jornal Hoje", deu que o Brasil fechou às 5 e pouco da manhã, "hora do Brasil" um acordo da dívida externa com os bancos credores do Brasil. A dívida soma 44 bilhões de dólares, e podemos ganhar até "agora" 14 bilhões em descontos. E teve mais safadessa, e falaram canalhas como Antonio Carlos Magalhães da Bahia; Joaquim Francisco de Pernambuco e outros, até falar o "Pior" em cadeia de televisão, e rádio também.

Com este acordo, Marclio Marques Moreira-Collor e talvez até o PC devem ganhar muitos milhões de dólares. E eu e meus milhões de companheiros de sofrimentos, o que ganharemos? De bom talvez alguns empregos mal pagos e sem garantias que nos permitam organizar a vida de forma planejada.

O fim dos regimes revisionistas, e a traição, por covardia das autoridades albanesas, podem dar bilhões de lucros ao capitalismo, o mesmo tanto em prejuízos aos trabalha-

dores da terra, mas não acrescenta um centavo de dólar à moral dos que justificam e (incompreensível) o capitalismo. Este caminha pro fim.

Aqui em Altamira o candidato do famigerado latifundiário da UDR, Armindo Cenardim, prefeito do município, e seu sócio Maurício, que de tão escroque foi apelidado agora depois que saiu candidato, de PC, numa referência ao amigo e sócio de Collor o super-gangster Paulo Cesar Farias. E os motoristas de taxi, que apoiam este indivíduo através do presidente, do sindicato da categoria, sentem até a alegria de seu candidato ter este apelido, pois segundo eles é sinal de que não teremos um burro na chefia do município. Esta é a dignidade e moral que os defensores do capitalismo aprendem e ensinam. Mas "O tempo não pára. O socialismo vive".

E virá.

Erminio Fernandes
de Oliveira
Altamira - Pará



A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas

Editora: Ana Maria Rocha

Redação: Dilermando Toni, Guilomar Prates, Jefferson Barros

Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins - Projeto Gráfico: Auracábio e Equipe - Diagramação: José Luis Munuera Reyes

Composição e Arte Final Computar - Fone: (011) 36-0412 - Fotolito: Enfocke Impressão: Gazeta da Lapa

Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Arquivo: Leandro Shillipake - Secretária: Sílvia Regina Lopes

Publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP Fone: (011) 34-4140 - FAX: (011) 36-9786

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Junqueira Ayres, 41 - Barris - (071) 321-8420/321-8622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DF - Brasília - HIGS Bloco G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Alameda Botafogo, 427 - Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 e 173-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3 de Maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. Voluntários da Pátria, 92 - Cj. 212 - 3º andar - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512) 229-4173 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962b - Centro

ASSINE

A Classe Operária

Recorte e envie com cheque para Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318

Trimestral: Cr\$ 15.000,00

Semestral: Cr\$ 30.000,00

Anual: Cr\$ 60.000,00

Nome:

Endereço:

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Fone: (011) 34-4140 - Fax: 36-9786

Opinião

O Ministro, Burgueses e Proletários

SÉRGIO BARROSO

Executiva da CUT Nacional e Coordenador da CSC

Quatro dias antes da histeria gastronômica do Clube Monte Líbano, em São Paulo, o homenageado, ministro Marcílio, passeava nas calçadas de Ipanema. Ao vê-lo, seguido por uma bateria de repórteres, um motorista de caminhão (outro, não o combativo Eriberto) meteu o pé no breque e gritou: **Passa o cheque que o PC paga!** Diplomata de carreira, Marcílio simulou não se importar, quando outro popular vociferou quase nas suas fuças: "Ladrão!"

Deflagrada a Operação-Marcílio pela grande burguesia paulista, restava saber como terminara a negociação com os bancos credores, encerrada às 5 da manhã em Nova York. Grande vitória, disse Olacyr, o rei da soja. É um bom acordo, afirmou Delfim. Collor, atacando a oposição, a CUT e o cartel do cimento (Antônio Ermírio, que declarou ser favorável à renúncia do presidente), vai à TV falar do acordo e diz que "as condições que conseguimos são as melhores obtidas por qualquer país". Desespero e mentira do chefe da quadrilha Brasil Novo: o acordo impõe como pré-condição o pagamento de mais 3,2 bilhões de dólares em janeiro, além dos 1,6 bilhões de atrasados até dezembro; significa uma redução de apenas 4,3 bilhões de dólares dos 42 bilhões "devidos" aos bancos privados.

Já no rega-bofe das elites, que além de puxa-sacos e canalhas como o "alemão" da Força Sindical reuniu cerca de 1.200 burgueses de todos os calibres, o mafista Mário Amato matraqueava: "Não tenho dúvida que conseguimos separar a economia da política, pois o Brasil não pode parar". Três dias depois o "Estadão" desmentia o chefe da FIESP, em editorial, ao afirmar que, para fechar o acordo, impunha-se observar "acontecimentos políticos" que poderão inviabilizar sua conclusão. No dia anterior, o poderoso "Financial Times" londrino afirmou textualmente que a fraqueza política de Collor põe em dúvida a viabilidade do acordo, em função da "crise de corrupção envolvendo o presidente".

Os proletários sabem que Marcílio é a política de Collor. Que sua oração de modernidade e ética - ressaltada no jantar pelo saltitante Emerson Kapaz - e significa miséria, entreguismo e lama podre de corrupção até a boca do governo. Por isso seguem o conselho de Clausewitz, grande teórico da guerra, que destacava: "A força disponível no ponto decisivo depende da força absoluta do exército e da habilidade com a qual é utilizada" ("Da Guerra").

Concentrar fogo em Collor, mas ligá-lo à política de Marcílio, questão candente hoje da luta de classes para os trabalhadores.

Os proletários sabem que Marcílio é a política de Collor. Que sua modernidade significa miséria, lama podre e entreguismo.



- Alô, revisão. Salário ou comissão?

Sinais alentadores

Dando continuidade à palhaçada dos "bilhetinhos", o presidente Collor chamou a CPI de desumana, afirmando que a sua secretária particular Ana Acioli foi vítima "de uma violência" ao ter que depor na terça-feira, dia 14, à CPI que apura o caso PC.

Essa é mais uma brincadeira de mau gosto desse grotesco presidente, que tenta ludibriar toda uma nação, perplexa diante de tantas falcatruas e arbitrariedades.

Violência, esta sim, é a ciranda que as classes dominantes vêm empreendendo. De um lado procuram esvaziar e desacreditar a CPI, tentando intimidar seus integrantes e fazer com que as denúncias se tornem lugar comum, com a turma do Collor/PC Farias forjando depoimentos ôcos e distonantes. De outro lado, usam dos mais diversos artifícios para salvar Collor do mar de lama.

À medida que as denúncias foram esquentando e ficando indiscutível o vínculo entre as falcatruas do PC Farias e o presidente, foi desencadeada toda uma ofensiva também no plano econômico, na tentativa de salvar a espinha dorsal do projeto neoliberal, de interesse do FMI e do imperialismo norte-americano. Assim é que o acordo da dívida foi antecipado com grande estardalhaço e sob a fachada de panacéia para os males da economia brasileira. A Reforma Fiscal que tinha sido congelada pela pressão de setores das classes dominantes, sobretudo de governadores, foi retomada com todo vigor por imposição do FMI em troca do acordo da dívida.

O jantar de 1.200 empresários em apoio a Marcílio, visou refor-

çar seu papel de negociador junto aos banqueiros internacionais. Ao mesmo tempo configurou-se num esforço de salvar a política econômica em meio à crise política. Tentavam, como se fosse possível, separar a política da economia. Alguns setores empresariais evoluíram para um apoio aberto a Collor, como ficou evidenciado no café da manhã do presidente com 36 empresários no último dia 15 de julho.

Toda essa movimentação das classes dominantes, ora em defesa da economia, ora em defesa do próprio Collor só acarretará o aprofundamento da política de traição nacional, de miséria e fome para a maioria da população.

Essa avalanche só será barrada e o impasse político resolvido se outro agente entrar em cena com vigor: a mobilização popular. Alguns sinais já são alentadores nesse sentido.

A posição firme da 44ª reunião anual da SBPC contra Collor, o comício de Brasília e o ato pela ética na política realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em São Paulo são uma mostra de que cada vez mais setores da sociedade civil saem em apoio à CPI e pela renúncia de Collor. São expressões da indignação dos democratas e do povo com o achincalhe das instituições e da opinião pública. Mas essa mobilização ainda precisa ganhar as ruas em proporções maiores para que possa barrar as manobras das classes dominantes e apontar uma saída que favoreça os interesses do povo e da nação brasileira.

Crescem condições para a mobilização popular

RENATO RABELO

Membro do Comitê Central do PCdoB

A crise política que se aguçava em nosso país tem como epicentro a própria figura do Presidente da República. Acima de convicções ideológicas, vai se compondo um conjunto de forças sociais e políticas para exigir a apuração até o fim da roubalheira e das maracutaias praticadas no Planalto. Por outro lado, Collor e seus comparsas, esbanjando cinismo, procura sustentar uma farsa e agem, corrompendo e intimidando. Nesse quadro político em curso ainda não atua a energia da mobilização popular mais ampla do lado da barricada dos que se levantam pelo afastamento do presidente Collor, mas vai ganhando dimensão o movimento de "ação cívico-político", influenciado pelos partidos políticos progressistas, em que ressurgem as principais entidades e várias personalidades da sociedade civil. A experiência recente demonstra a importância dessa fase inicial e deflagradora. Os agentes dessa fase, setores políticos e sociais os mais amplos, tornaram-se imprescindíveis para ir forjando um opinião pública nacional em prol das reivindicações mais sentidas, como foi no caso da campanha da anistia, da constituinte e principalmente das diretas. Foi possível, assim, ir ganhando e aglutinando as camadas populares mais extensas.

A fase da mobilização vasta e organizada do povo não surge de pronto. Antes transcorre certo período irrompedor e estimulador, constituído de camadas politizadas e melhor informadas, com realização de atos com participação mais reduzida. O trânsito para mobilização mais ampla, popular, dependente da pressão

dos fatos e da opinião pública que vai se formando, passando a agir sobre os grandes meios de comunicação. E sobretudo resulta da justeza das palavras de ordem que atinjam as grandes massas, levando em conta sua realidade presente e seus interesses tangíveis.

Neste momento, com o crescimento das ações deflagradoras, crescem as condições para o surgimento das grandes mobilizações. A CPI e o Congresso expressam predominante interesses das forças conservadoras. Desse modo, tenderão para a conciliação caso crescentes parcelas do povo não se levantarem. A mobilização popular é o caminho natural da radicalização política e das soluções mais conseqüentes e duradouras. Das manifestações pela "Ética na política" às manifestações pelo "Fora Collor", "Impeachment já", é esse o desenvolvimento que poderá percorrer o movimento de massas, atingindo palavras de ordem cada vez mais radicais, conforme o tamanho da força popular mobilizada e organizada. É esse o meio e o caminho para alcançar os objetivos maiores.

Collor e seus comparsas esbanjam cinismo e procuram sustentar uma farsa

SOCIALISMO

PC da Índia(M) analisa a crise

Dando seqüência à sua política de ampliar e fortalecer a unidade do movimento comunista mundial, o PCdoB, através do membro do Comitê Central Luis Fernandes, manteve contato fraternal com o Partido Comunista da Índia (Marxista). A Classe publica uma entrevista exclusiva com o secretário-geral desta importante organização, Harkisshan Singh Surjeet, eleito para o cargo no XIV Congresso do partido, realizado em janeiro deste ano.

Classe - Ao longo das duas últimas décadas, o PCI(M) se consolidou como o maior partido de esquerda na Índia e continuou crescendo mesmo diante da ofensiva anti-comunista mundial nos últimos três anos. Qual o "segredo" desse desenvolvimento?

H.S. Surjeet - Acho que três fatores fundamentais contribuíram para isso. O primeiro é que sempre procuramos desenvolver criadoramente a teoria marxista-leninista para entender a realidade específica da sociedade indiana e enfrentar seus desafios. Procuramos sempre manter a perspectiva revolucionária marxista-leninista do nosso Partido, sem cair no revisionismo ou no dogmatismo.

O segundo fator, que se relaciona com este, é que sempre reafirmamos a independência do nosso Partido, sem aceitar imposição de linhas de quem quer que fosse no movimento comunista internacional e sem tentar copiar as experiências de outros partidos que haviam dirigido processos revolucionários vitoriosos nos seus países. Para nós, foi absolutamente fundamental ter enfrentado e criticado abertamente as posições revisionistas do PCUS após o XX Congresso e a ascensão de Krushev, bem como o "maoísmo" e as posições incorretas

assumidas pelo PC chinês após a Revolução Cultural, sobretudo a "Teoria dos Três Mundos". Se não tivéssemos preservado a nossa independência e resistido às tentativas de impor essas formulações ao nosso Partido, não estaríamos na posição que estamos hoje.

O terceiro fator é a própria intensidade da luta de classes no nosso país e o fato do nosso Partido estar profundamente inserido nas lutas e mobilizações do nosso povo. Isto reduz o espaço para orientações mais conciliadoras e faz com que os trabalhadores e o povo reconheçam no PCI(M) uma força combativa e de vanguarda na defesa dos seus interesses. **Classe - O XIV Congresso do PCI(M) abordou, entre outras coisas, a problemática da crise das experiências socialistas. Como vocês avaliaram o papel desempenhado por Stálin no período de construção do socialismo?**

H.S. Surjeet - O fantasma do Stálin continua a assombrar o movimento comunista. Sob a liderança de Gorbachev, o PCUS se envolveu, uma vez mais, numa campanha de vilificação e enlameamento da figura de Stálin. Questionaram até mesmo as iniciativas tomadas, durante o período de Stálin, para defender, fortalecer e consolidar o socialismo. No XIV Congresso, o PCI(M) reiterou que, embora Stálin tenha cometido graves erros no curso da construção socialista, não se pode ignorar as suas contribuições, parti-



Harkisshan Surjeet, secretário geral do PCI(M)

cularmente o enfrentamento com o trotsquismo e o papel que desempenhou na Segunda Guerra Mundial. A abordagem que predominantemente enfatiza os seus erros e ignora as suas contribuições é ahistórica.

Classe - É como o Congresso analisou, então, o problema das raízes da crise do socialismo?

H.S. Surjeet - Nos debates do Congresso surgiram diferentes opiniões sobre esta questão. Uns achavam que Gorbachev era o único responsável pelos desenvolvimentos. Outros queriam culpar o imperialismo por todos os males. Já outros queriam jogar toda a culpa no XX Congresso do PCUS. O Congresso do PCI(M) concluiu que, embora Gorbachev tenha responsabilidade direta no desmantelamento sistemático do socialismo, os sucessos obtidos pelas forças anti-comunistas devem-se, também, a

limitações, erros e distorções do passado que resultaram no descontentamento do povo e na sua alienação tanto do Partido quanto do Estado. Em vez de superar estes problemas, as políticas revisionistas adotadas pelo PCUS desde o XX Congresso e intensificadas sob Gorbachev levaram ao desmantelamento final do socialismo e à desintegração da própria URSS.

Classe - Segundo a análise feita no Congresso, que tipo de problemas surgiu no período de construção do socialismo?

H.S. Surjeet - Procuramos fazer uma análise multilateral sobre essa questão, que não pode ser facilmente resumida no espaço de uma entrevista como esta. Basicamente, levantamos problemas relativos à realização do potencial democrático e ao desenvolvimento econômico do socialismo. No que toca ao Estado socialista, por exemplo, nos parece que ao longo do desenvolvimento do socialismo, a ditadura do proletariado passa por diferentes e variadas fases. A centralização do aparelho de Estado, necessária para o período inicial de consolidação do regime revolucionário e construção de uma economia planificada, foi estendida para fases posteriores do desenvolvimento da sociedade socialista. Isto levou não só à incapacidade de realizar plenamente o potencial de ampliação e aprofundamento da democracia socialista, como também a distorções como o burocratismo crescente, a violação da legalidade socialista e a supressão das liberdades individuais. A experiência da URSS e dos países do Leste, no entanto, também indica que não se pode abandonar o caráter de classe do Estado, em nome de combater estas distorções. Isto implicaria (como implicou) o abandono da própria revolução.

No terreno do desenvolvimento econômico do socialismo o mesmo tipo de questão se coloca. A planificação central lança as bases para que o Estado socialista "repasse" as suas responsabilidades econômicas e sociais ao povo. Se não o fizer, a super-centralização acabará por sufocar a iniciativa e a inovação que estimulam a produção nos escalões inferiores. Seria simplista e errôneo concluir que, uma vez socializados os meios de produção e estabelecido o planejamento centralizado, os métodos de gestão econômica surgidos em circunstâncias históricas específicas permanecerão inalterados por todo o período da transição socialista. De fato, nos países mais atrasados em que triunfam revoluções socialistas, o próprio processo de socialização dos meios de produção tem de se desenvolver por um período de tempo mais longo. É este tipo de problemas da construção do socialismo que procuramos analisar e compreender. Acreditamos que a análise mais profunda do desenvolvimento tanto do socialismo quanto do capitalismo contemporâneo tem sido prejudicada pelo revisionismo e pelo dogmatismo no movimento comunista internacional, que levou a uma certa estagnação teórica.

Brevíssimo histórico do PCI(M)

Com 800 milhões de habitantes, a Índia é o segundo país mais populoso do mundo e ocupa uma posição estratégica na Ásia. O Partido Comunista da Índia foi fundado em 1926 e desempenhou papel decisivo na luta pela independência nacional, contra o colonialismo britânico. Na década de 50, após a conquista da independência, o Partido foi polarizado por uma profunda divergência interna quanto à estratégia para a revolução na Índia. De um lado, uma posição reformista defendia a opção pela transição pacífica para o socialismo, centrando sua estratégia na pressão para a conquista de governos nacionais-burgueses mais "democráticos" e "progressistas". De outro, os que insistiam na necessidade da ruptura revolucionária com o Estado burguês-latifundiário indiano. Após o XX Congresso do PCUS, Krushev se valeu do prestígio internacional do PCUS para respaldar e fortalecer as posições mais conciliadoras no interior do PCI. O dirigente revisionista da URSS chegou

até mesmo a visitar a Índia, saudando o regime de Nehru como exemplo de "desenvolvimento não-capitalista".

A divisão orgânica do Partido Comunista entre as duas correntes viria a ocorrer no início dos anos '60, por ocasião de uma guerra de fronteiras entre a Índia e a China. A ala reformista, com o apoio do PCUS, decidiu apoiar o Estado indiano na guerra contra a China Popular. A corrente revolucionária, que representava quase a metade do Comitê Central, não aceitou e rompeu com a direção oportunista, fundando o Partido Comunista da Índia (Marxista) em 1964. Logo ao ser fundado, o PCI(M) respaldou as posições de crítica ao revisionismo defendidas pelo PC chinês no movimento comunista internacional. Mais adiante, por manter posição crítica diante da chamada Revolução Cultural na China, e por não aceitar as pressões chinesas para que assumisse a caracterização de Mao Tse Tung como novo clássico do marxismo e uma estratégia de "cerco da cidade pelo campo", na Índia, o PCI(M)

faz sua ruptura política e ideológica com o maoísmo já em 1968. As relações do PCI(M) com o PCUS são reestabelecidas em 1982, mas sua posição diante de Gorbachev evoluiu de reservas iniciais para a crítica frontal e global a partir de 1988.

De 1964 para cá, o PCI(M) se consolidou como partido revolucionário de massas, com grande intervenção política na vida indiana. Ele é hoje o maior partido de esquerda na Índia. Dos 53 deputados de esquerda no Congresso Nacional indiano, 38 são do PCI(M). Ele tem hoje 580 mil membros, mais de cem mil dos quais filiados nos últimos três anos, em meio às tempestades contra-revolucionárias que varreram o mundo.

Desde 1978, ele assumiu e preservou o governo de um estado importante da Índia - o Bengala Ocidental. Hoje, o PCI(M) se afirma como polo de aglutinação de revolucionários e comunistas antes dispersos em diferentes organizações.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Minúcio Guimarães

NACIONAL

ELEIÇÕES



LEANDRO SCHILPANE

Os candidatos do PCdoB levaram suas bandeiras ao comício de SP, que lançou Suplicy

Luta concreta ganha voto

Passado o primeiro momento de acerto das coligações, a campanha eleitoral entra em fase decisiva. Os comícios de lançamento das candidaturas e os primeiros debates televisivos são a sinalização para a arrancada final.

O comício no vale do Anhangabaú em São Paulo para o lançamento da candidatura de Suplicy à prefeitura, contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas e assumiu a conotação nitidamente de repúdio a Collor, indicando que este vai ser o grande tema da batalha eleitoral de 1992. O PCdoB esteve presente no ato de São Paulo e de outras cidades não só com suas propostas, mas com as bandeiras dos seus candidatos. Entende que além da presença nos grandes eventos políticos e dos majoritários, os candidatos comunistas têm de ir a campo ganhar o voto. E isso se dá em uma situação desfavorável de falta de perspectiva e de descrença nos políticos tradicionais.

A batalha do voto vai ter de enfrentar antes de mais nada a tendência da abstenção e anulação. Para reverter esse quadro, os candidatos vão ter de vincular a sua campanha aos problemas concretos do povo e no corpo a corpo usar de muito argumento para convencer o eleitorado de que eleger comunistas é também defender a democracia e aglutinar forças na busca de uma saída mais radical para os graves problemas enfrentados pela população pobre. Nesse contexto, o estudo e a capacitação política dos candidatos e cabos eleitorais são fundamentais nessa empreitada.

O secretário de agitação e propaganda do Comitê Central do PCdoB, Rogério Lustosa, em entrevista à **Classe**, alerta para a necessidade de não rebaixar o trabalho com a imprensa partidária durante a campanha eleitoral e fala sobre a propaganda dos candidatos comunistas que concorrem à eleição de 3 de outubro.

Classe - Que papel cumpre a im-

pressão do PCdoB nessa época de campanha eleitoral?

Rogério - A imprensa é importante em dois aspectos. O primeiro é a questão específica da unificação nacional do Partido em torno de uma política. A direção central não pode estar presente em todos os municípios e com todos os candidatos. Se os candidatos e as direções locais abandonarem a imprensa central, particularmente **A Classe Operária**, ficarão numa política espontânea e podem se colocar a reboque dos partidos com os quais estamos coligados.

O segundo aspecto é a divulgação da propaganda da política do Partido para os simpatizantes e leitores do jornal. É a forma que temos para ampliar as nossas idéias.

Classe - Como fazer a ligação da propaganda geral com a propaganda específica das eleições municipais?

Rogério - Em primeiro lugar, a política do Partido é uma só em plano nacional, mas ela se aplica em cada município de acordo com as particularidades locais. Um caso típico é o de Alagoas, onde o Collor fez propaganda de que um presidente alagoano traria recursos para o Estado. Lá, nossos candidatos têm condições de desmascará-lo, mostrando que sua política desastrosa também se manifesta no Estado, que a corrupção também ali está presente. Os problemas dos municípios não podem estar dissociados das questões nacionais. É preciso mostrar que uma política antinacional não pode servir ao povo de Alagoas ou a qualquer outro Estado. Exemplo disso é a Reforma Fiscal proposta pelo governo, altamente lesiva aos estados e municípios.

A própria propaganda do socialismo precisa se apoiar ao máximo nos problemas que os eleitores sintam concretamente. Uma grande parcela da população só vê questões como transporte ou moradia, então temos que considerar esta questão imediata.

Nossa campanha deve servir para fazer mobilização de massa contra Collor. Precisa convencer os eleitores e isso só é possível através da discussão. É necessário mostrar que os problemas de Collor não se resumem à corrupção mas vão além, refletem uma política que destrói as bases da soberania nacional. Trata-se de resolver os graves problemas do Brasil, de derrubar esta política que esfomeia o povo. Nós falaríamos: "Fora Collor", mesmo que Collor não fosse corrupto.

Classe - Como nossos candidatos devem se preparar para enfrentar a campanha eleitoral?

Rogério - Também aqui, no terreno específico da campanha é preciso combater o imediatismo. A idéia de obter resultados sem trabalho duro, sem estar preparado é equivocada. Então, para a gravação de um programa de TV, é preciso estudar os textos, verificar se os assuntos são os mais relevantes, se a formulação é acessível ao povo, se o candidato domina o tema e fala de forma convincente e natural. Essa mesma preocupação devemos ter com os panfletos, as fotos, as pizações e falas de rádio. Não devemos nos contentar nunca com o que, à primeira vista, parece melhor. Tudo tem que ser elaborado cuidadosamente para que se obtenha resultados. Se não for assim, caímos na vala comum. Todo o candidato que não tiver o que dizer, e, pensar que pode merecer o voto, acaba tratando o povo como se ele não tivesse importância. É preciso saber o quê dizer e como dizer. Para uma boa preparação, é aconselhável procurar pessoas que entendam dos assuntos. Não é obrigatório que o candidato entenda de tudo, mas é essencial que saiba se aproximar de amigos e militantes que estejam dispostos a colaborar na campanha e depois, no exercício do mandato.

Ana Martins ganha força feminina

A campanha de Ana Martins (65.611), candidata a vereadora pelo PCdoB na cidade de São Paulo cresce com a adesão do eleitorado feminino. Já se organizaram seis Comitês de Mulheres em diversos bairros paulistanos. Ana Martins participa das lutas populares há muitos anos; foi uma das principais lideranças do Movimento Contra a Cestaria, que juntou homens e mulheres contra a panela vazia na mesa dos trabalhadores. Ana Martins é assistente social, tem 52 anos, casada, dois filhos, moradora da Zona Leste. A coordenação geral da campanha de Ana Martins é na rua Condessa de São Joaquim, 272 (Liberdade), fone 277-3322. Dia 27 haverá a próxima reunião da coordenação para avaliar a campanha e definir novas atitudes.

Operários com Carrion

O jantar de lançamento da candidatura de Raul Carrion (65.601) para vereador pelo PCdoB de Porto Alegre reuniu mais de 400 pessoas - em sua grande maioria operários. O lançamento foi dia 10 no Sindicato dos Metalúrgicos. Raul Carrion, 46 anos, foi metalúrgico e participou ativamente da resistência contra a ditadura militar. Preso e torturado em 1971, viveu no exílio no Chile e Argentina. Em sua campanha, Carrion une a luta em defesa do socialismo e pelo "Fora Collor" aos problemas mais imediatos dos "pobres e explorados", como disse em seu discurso. Sua principal meta como vereador é aprovar uma reforma urbana que acabe com a especulação do uso do solo urbano. Em Porto Alegre, 50% das terras são mantidas como reserva de valor, verdadeiros "latifúndios urbanos", quando há milhares de sem casa vivendo pelas ruas da cidade. A Coordenação da Campanha atende pelo telefone 228-5152.

Miranda dá as razões

O vereador do PCdoB em Belo Horizonte, Sérgio Miranda, candidato à reeleição, está mandando uma carta aos eleitores na qual expõe as razões de sua luta. "Na Câmara Municipal - escreve Sérgio Miranda - precisamos consolidar e ampliar o espaço das forças mais avançadas, em particular daquelas que continuam acreditando num futuro de prosperidade e justiça, um futuro socialista". Sérgio Miranda é militante comunista há quase trinta anos; eleito vereador em 88, tem atuação destacada na atividade legislativa e de fiscalização da Prefeitura, com um mandato comprometido com as lutas populares, denúncias da crise social e do governo Collor. O Comitê Eleitoral de Sérgio Miranda é na Av. Brasil 243/705 em B.H.; telefones 465-1155 e 465-1156.

Marcos lidera pesquisas

O candidato a vereador pelo PCdoB em Rio Branco, Acre, Marcos Afonso, lidera as pesquisas de opinião pública com 3% das intenções de votos. A pesquisa foi realizada pela Unydata Informática entre os dias 5 e 10 de julho e divulgada dia 12 deste mês. A divulgação da pesquisa coincidiu com a festa de lançamento da candidatura de Marcos Afonso, realizada dia 11 de julho que, numa experiência ousada e arrojada da militância comunista, configura-se como uma candidatura prestigiada entre os candidatos que compõem a Frente Popular de Rio Branco. Realizado no Atlético Clube Juventos, um dos maiores da cidade, o evento contou com mais de 1.500 pessoas interessadas em ouvir a mensagem do PCdoB nestas eleições. Com uma marca de originalidade e a abertura do ato foi uma pichação e os tradicionais discursos foram trocados por um divertido diálogo entre bonecos de mamulengo e os candidatos.

NACIONAL

Governo acuado ameaça a CPI

MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília

O Palácio do Planalto está desencadeando uma ofensiva com o objetivo de impedir a apuração completa, pela CPI, do Congresso Nacional, das falcatruas do empresário Paulo César Farias e do envolvimento do presidente Fernando Collor de Mello. De um lado, o próprio Presidente da República promove ataques diretos ao Congresso, aos membros da CPI e a todos aqueles que defendem o seu impeachment ou sua renúncia. De outro, um grupo de funcionários do primeiro escalão do governo, liderados pelo presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, tem feito ameaças e chantagem contra políticos da oposição e empresários.

Além dos ataques diretos de Collor e das chantagens e ameaças de Lafayette Coutinho, os órgãos do governo têm dificultado os trabalhos da CPI. O Banco Central, o Banco do Brasil e a Secretaria da Receita Federal começam a criar dificuldades para atender às solicitações da CPI em relação à quebra do sigilo bancário e ao rastreamento das contas de PC Farias, suas empresas, da secretária Ana

Acioli e do ex-secretário particular do presidente, Cláudio Vieira.

Além disso, a ala do PFL liderada pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, da qual o presidente da CPI, deputado Benito Gama, é o principal representante, mudou de comportamento e passou a adotar uma postura mais cautelosa na condução dos depoimentos e das investigações durante as sessões da Comissão, aumentando as suspeitas de que teria sido costurado um acordo de bastidores entre o Palácio do Planalto e ACM.

Ana privilegiada

Um exemplo concreto disso foi a aceitação de que o depoimento da secretária Ana Acioli fosse feito num quarto do Instituto do Coração, em São Paulo, apenas com a presença do presidente e do relator da CPI. O estranho e inusitado é que Ana Acioli teve alta do Incor, logo após a publicação das denúncias do seu ex-motorista, escondendo-se em casa de amigos em São Paulo. No dia do seu depoimento, perante a CPI, ela retornou ao Hospital e, alegando problemas de saúde, foi ouvida numa sessão

quase secreta. Em seu depoimento, Ana Acioli negou as denúncias do motorista e afirmou que os depósitos em sua conta eram feitos exclusivamente pelo ex-secretário particular do presidente, Claudio Vieira. No dia anterior, a secretária da Brasil Jet, Marta Vasconcelos, que segundo o motorista era uma das pessoas que lhe entregavam envelopes com dinheiro e cheques para serem depositados na conta de Ana Acioli.

Apesar dessa ofensiva do governo, os membros da oposição continuam empenhados em aprofundar as investigações, convencidos de que elas deixarão evidentes as ligações secretas e criminosas entre PC Farias e Collor.

Ao mesmo tempo, os partidos de oposição pretendem intensificar um movimento de massas para garantir a continuidade dos trabalhos da CPI e exigir a renúncia do presidente Collor. Afinal, independente das provas materiais que venham a ser obtidas, a sociedade já está convencida do envolvimento de Collor com os escândalos e crescem a cada dia as manifestações favoráveis à sua renúncia, como a recente posição oficial assumida pela direção da SBPC. Defender

a continuidade dos trabalhos da CPI, exigir a renúncia de Collor e neutralizar os seus ataques ao Congresso, aos partidos de oposição, ao movimento sindical e a todos aqueles setores que defendem o seu afastamento do governo é uma exigência do grave momento político.

Maria Antonieta

Como afirmou o líder do PCdoB na Câmara Federal, deputado Aldo Rebelo: "Nossa Maria Antonieta, que hoje ocupa o Palácio do Planalto, pode zombar da massa, da fome, do desemprego. E pode repetir, como Maria Antonieta, que não tendo pão o povo pode comer brioques ou pão-de-ló. Mas o Presidente da República, tem absoluta consciência de que permanece efervescente, nos recônditos da sociedade, uma revolta que, no momento, é silenciosa e ainda não ganha as praças e as ruas, mas têm, pelo menos, que tratar com mais seriedade aqueles que, conscientes de seus deveres, tentam investigar as irregularidades da quadrilha que ocupa o poder e que manipula o dinheiro em prol dos interesses privados".

Pressão popular exige rigor na apuração

GUIOMAR PRATES

A população brasileira tem até o dia 11 de agosto, prazo estipulado para a conclusão dos trabalhos da CPI/PC, para garantir que não sejam colocados panos quentes nas investigações que apontam as ligações do presidente Collor com o esquema mafioso do empresário alagoano.

Diante da pressão que os governistas vêm fazendo para intimidar os deputados da Comissão, a sociedade civil imprime maior velocidade à contrapressão popular. Em Brasília, no dia 7 de julho, mais de 15 mil pessoas compareceram ao comício organizado pelo Movimento Democrático contra a Impunidade. Em São Paulo, na segunda-feira, 13, entidades como a OAB, CNBB, UNE, PNBE e CUT, entre outras, lotaram o salão nobre da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, num ato pela ética na política que transformou-se em veemente protesto pelo fim do governo Collor.

Na Capital Federal, grandes lideranças nacionais estiveram presentes. Entre elas Miguel Arraes, João Amazonas e Luis Inácio Lula da Silva, e muitos parlamentares. Deixaram de comparecer os presidentes do PMDB, Oreste Quércia, e do PSDB, Tasso Jereissati. O líder do PDT na Câmara, Éden Pedrosa, discursou na linha diversionista que Brizola tem seguido, centrando seu ataque ao dono da Rede Glodo, Roberto Marinho.

O presidente do PCdoB, João Amazonas, arrancou aplausos e gargalhadas quando disse que Collor tem que sair do Palácio do Planalto pela renúncia, pelo impeachment ou por um pontapé no traseiro". Em análise que vin-



Em São Paulo, ato pela ética na política uniu a sociedade civil

culou a corrupção ao modelo neoliberal em vigor, Amazonas disse que além de Collor deve ser afastado também o ministro da economia, Marcílio Marques Moreira e sua política econômica de arrocho e recessão. "Para as grandes massas trabalhadoras, Marcílio tem sido um mártir", afirmou.

Em seu discurso, Luís Inácio Lula da Silva disse que "a renúncia a gente não pede, seria condições políticas para que ela aconteça. Quem sabe um dia desses o Collor não faz um bilhetezinho anunciando à Nação a sua renúncia..."

O ato de São Paulo valeu pela representatividade e pela posição dos participantes que, em várias oportunidades interromperam os oradores para gritar "Fora Collor". O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Marcelo Lavenère afirmou que a sociedade rejeita a pecha de golpista insinuada nos bilhetinhos do

presidente. "Somos patriotas, brasileiros e não golpistas. Queremos ser ouvidos e participar da construção do nosso destino, pois somos nós que fazemos o Brasil".

O arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, disse que "não podem continuar os contrastes entre o lucro e a extrema pobreza, agravados pela corrupção. É preciso que este país tenha um governo à altura para fazer dele um Brasil de todos e não de uma pequena minoria de marajás que "ele" dizia combater".

Para o coordenador do Pensamento Nacional das bases Empresariais, (PNBE) Oded Grajew, é necessário que a CPI vá até o fundo e que o resultado convença a opinião pública.

O presidente da União Nacional dos Estudantes, Lindenberg Farias, denunciou a política neoliberal para a educação, ciência e tecnologia, que pretende privatizar as universidades

e cortar as verbas destinadas à pesquisa. "Que futuro ofereceremos à nossa juventude?", perguntou.

O tom dos discursos dos representantes da OAB é de que já existem provas suficientes para pedir o impeachment do presidente Collor. Tanto eles como os partidos políticos presentes ao ato (PCdoB, PT e PSB) defendem uma saída constitucional, ou seja, a posse do vice-presidente, Itamar Franco.

Em várias capitais brasileiras cresce a articulação em torno de atividades de massa para pressionar pela queda de Collor. Em Porto Alegre, dezenas de entidades e partidos políticos realizaram, no dia 3 de julho, uma passeata que culminou com um ato na tradicional Esquina Democrática.

Em Belo Horizonte, os partidos de oposição e a CUT lançaram um abaixo-assinado pedindo o fim da corrupção e a renúncia de Collor. Na Capital do Amazonas, Manaus, foi realizado, por iniciativa do PCdoB, um plebiscito sobre a permanência de Collor no poder. Votaram 957 pessoas, sendo que 832 optaram por tirar o Presidente do Planalto e 125 defenderam a sua permanência. A votação simulada também foi a alternativa de mobilização em Belém. Foram entrevistadas 1.279 pessoas. 1.199 (93,74%) decidiram pelo "Fora Collor" e 80 (6,26%) optaram por sua continuidade.

Essas mobilizações deverão culminar no dia 11 de agosto, com uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, visando garantir que os resultados da CPI correspondam aos anseios populares.

(colaboraram Antônio Carlos Queiroz, Denise Campêo e as sucursais de Manaus e Belém)

LEANDRO SCHILLIPAKE

NACIONAL

DÍVIDA EXTERNA

O grande acordo da traição

DILERMANDO TONI

Foi um verdadeiro bombardeio de marketing. No jornal Nacional, carro-chefe do noticiário global, foram dedicados 25 minutos. Mais um pronunciamento oficial do presidente da república e centenas de pequenas entrevistas com representantes dos empresários. É que acabava de ser assinado no último dia 9 de julho, o acordo de intenções entre o governo brasileiro e o comitê dos bancos credores sobre a dívida externa do país.

Pela versão que foi dada por toda essa gente, os espertos negociadores da dívida brasileira teriam conseguido a façanha de "passar a perna" nos banqueiros internacionais. A partir daí com o tal acordo de "salvação nacional" tudo estaria resolvido: fim da recessão, do desemprego e da inflação; os investimentos e empréstimos estrangeiros voltariam a aparecer em grande volume; enfim, o Brasil voltaria a crescer e dias melhores estariam garantidos ao povo brasileiro.

Brasil paga mais e mais

A grande ofensiva política do governo em torno do problema do acordo da dívida externa conseguiu em certa medida desviar a atenção da opinião pública da CPI que apura a corrupção do governo. Mas é muito parecida a atitude do governo nos dois casos. Em ambos o que se vê é o falseamento da realidade. Soam no mesmo dispaço as afirmações do não envolvimento de PC com Collor e da redução de 35% do montante geral da dívida que o acordo teria trazido.

Para se examinar de uma maneira mais séria e atual acordo da dívida externa brasileira com os bancos credores deve-se partir da atual situação econômica e financeira do imperialismo, ou seja, dos países credores. A economia dos países ricos acha-se estagnada. As previsões de crescimento não vão além de 1%. As taxas de desemprego são altíssimas e crescentes; só nos EUA são 10 milhões de desempregados. É uma característica central da crise americana é que ela afeta fortemente o sistema bancário daquele país. Para completar o panorama deve-se acrescentar que atualmente há uma expansão significativa da liquidez internacional, com redução de montante nas taxas de juros americanas e que leva de imediato a que os capitais especulativos procurem novos e mais rentáveis lugares para onde possam ser exportados.

Assim é que há todo um processo de reciclagem da economia de imperialismo em crise e em disputa. Os acordos das dívidas com os diversos países da América Latina são apenas um dos pontos - conhecidos como Plano Brady - de todo um programa de "reestruturação" que inclui privatizações, maiores facilidades ao capital estrangeiro, reformas fiscais, novas legislações sobre patentes, quebra de quaisquer barreiras alfandegárias ("livre" comércio) etc. A reforma fiscal proposta pelo governo Collor, por exemplo, se dá diretamente em função do pagamento da dívida externa. Trata-se de "viabilizar" o setor público que hoje responde por 90% da dívida externa brasileira. O acordo em questão não pode ser visto de forma isolada senão como parte das "reformas" que estão sendo implantadas em toda a Améri-



ca Latina e que buscam dar saída à crise do imperialismo norte-americano e novas formas de acumulação de capital em nível internacional. Acontece que o sistema de pagamento das dívidas externas dos países dependentes, tal como estava montado, já havia se esgotado, não funcionava mais. Muitos países devedores haviam decretado moratórias parciais ou totais sobre os juros. Os chamados atrasados estavam se acumulando. Tratava-se na verdade de garantir o pagamento da dívida velha. As "vantagens" oferecidas para tal estariam subordinadas à aplicação de todo o receituário neoliberal.

Banqueiros têm garantia total

Durante o governo Collor os responsáveis da parte brasileira foram de recuo em recuo até aceitar as condições impostas pelos banqueiros internacionais. De um total de quase US\$ 70 bilhões da dívida para com os quase 700 bancos particulares, foram negociados cerca de US\$ 45 bilhões. Para que esse montante seja trocado por diversas modalidades de bônus o Brasil deve desembolsar em quatro parcelas, durante dois anos, garantias do principal e dos juros que podem chegar à casa dos US\$ 5 bilhões; metade com as reservas brasileiras e metade com dinheiro emprestado por organismos oficiais como o FMI e o Banco Mundial e os próprios bancos particulares. Aí se pega o governo numa grande mentira. Se as garantias são em parte financiadas pelos credores internacionais, o que poderia ser reduzido da dívida total jamais alcançaria 35% como foi anunciado. A dívida volta a crescer de pronto e a tal redução não passará de 15% do total.

Mais que isso. As garantias que o Brasil terá que dar são na maior parte na forma de bônus do Tesouro norte-americano que no fim de 30 anos, com todos os juros capitalizados, serão revertidos aos credores. Só que durante todo o tempo em questão o Brasil terá que pagar os juros sobre aquilo que é hoje considerada a dívida. Pelo menos 80% das preferências dos banqueiros - que têm livre arbítrio na opção por 6 tipos de bônus, todos utilizáveis no programa de privatização brasileiro - deverá recair sobre os bônus ao par e os bônus

com desconto. Sobre os primeiros incidem juros fixos e crescentes (fixos só a partir do sétimo ano, a uma taxa de 6%); sobre os segundos incidem juros flutuantes. Quanto aos bônus ao par eles são assim chamados pois seu valor de face é o mesmo do valor de face dos títulos atuais, quando todos sabem que o valor desses títulos no mercado secundário não passa de 35 centavos para cada dólar. E as taxas de juros que pagarão não são de forma nenhuma inferiores às do mercado atualmente. A Prime Rate, taxa de juros básica nos EUA, está hoje em 6%.

No entanto, o "grande negócio" que o governo brasileiro fez com os bancos comerciais estrangeiros não se restringe a isso. Os juros atrasados foram negociados à parte, diferentemente do caso argentino, que negociou os atrasados juntamente com o principal. Como explica o professor Paulo Batista Jr., especialista em dívida externa, "o Brasil foi levado a negociar a maior parte dos atrasados antecipadamente e a pagar US\$ 2 bilhões em 1991, o equivalente acerca de 25% dos atrasados em dezembro de 1990 ... na atual situação de moratória parcial, o desembolso anual de juros alcança, aproximadamente, US\$ 700 milhões para as dívidas abrangidas na negociação. Com o acordo, a despesa passaria para US\$ 2,1 bilhões no primeiro ano. Isso sem contar o pagamento de US\$ 500 milhões por conta de parte dos atrasados de 1992 e dos juros de US\$ 500 milhões devidos sobre os bônus negociados em 1991". Não se pode esquecer de acrescentar a essa conta os pagamentos referentes ao acordo de fevereiro último com o Clube de Paris com o qual o Brasil tem uma dívida total de US\$ 20,1 bilhões, dos quais 12,8 bilhões foram renegociados para 14 anos. Agregue-se ainda o que o país tem que saldar com o FMI, com o Banco Mundial e outros organismos oficiais,

com os números que apresentamos na edição anterior da *Classe*. Além do que, pelo acordo, qualquer atraso no pagamento dos juros poderá ser sacado pelos banqueiros, das garantias.

Somando tudo isso chega-se à conclusão que o Brasil deverá pagar anualmente não menos que US\$ 20 bilhões. No ano passado os pagamentos já atingiram os US\$ 11 bilhões. Apesar disso Collor de Mello teve a cara-de-pau de dizer no pronunciamento à nação que agora teremos "trinta anos de tranquilidade". Tranquilidade para os banqueiros internacionais é o que deveria se entender das palavras do desmoralizado presidente.

O desemprego vai crescer

O "acordo em princípio" como tem sido chamado só deverá entrar em vigor no primeiro trimestre de 93. Nada menos que 95% da dívida em poder dos bancos credores deverão ter escolhido sua opção. No segundo semestre do ano em curso deverá ser apreciado pelo Senado brasileiro. Tal período de "carência" se deve sobretudo a dar tempo para o FMI observar o desempenho da economia de nosso país. E, na carta de intenções que o governo de Collor entregou em janeiro último àquele organismo, havia uma promessa de que a partir de dezembro, ou seja, daqui a 5 meses, a inflação brasileira estaria reduzida a 2% ao mês. Só que em junho último ela foi de 23%. E o FMI subordina a sua parte das garantias ao cumprimento dessa nota.

Daí se deduz a grande dificuldade para que o acordo entre em vigor. Mas o governo não vai deixar de perseguir essa meta e deverá aprofundar ainda mais a recessão, mantendo altas as taxas de juros internas. Segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para se conseguir tal objetivo, o PIB de 92 deveria ser 10% menor que o de 91. Por aí se pode imaginar onde vai o desemprego.

Em síntese o "acordo em princípio" é ótimo para os banqueiros e para a elite brasileira péssima para o povo brasileiro que tem visto a inflação e o desemprego crescerem. Reafirma um caminho que de longa data tem se mostrando prejudicial à soberania e ao desenvolvimento nacionais.

NACIONAL

A hipocrisia da Reforma Fiscal

EDSON SILVA
Membro do CC do PCdoB.BANCADA
COMUNISTA

Simão apela pelos desaparecidos

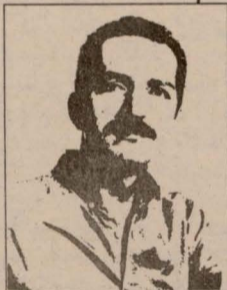
A mesa da Assembléia Legislativa da Paraíba deferiu requerimento do deputado Simão Almeida (PCdoB), que apela ao Presidente da República que seja determinada a abertura dos arquivos policiais e militares, objetivando que os familiares dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia possam saber que destino tiveram seus corpos. Os militantes do PCdoB que participaram da guerrilha iniciada em 12 de abril de 1972, foram assassinados e enterrados em covas clandestinas na região do Araguaia.

Petrobrás x Cuba

A bancada do PCdoB na Câmara Federal está coletando assinaturas de parlamentares de todos os partidos para um abaixo-assinado, que exige do governo brasileiro a assinatura e efetivação do convênio da Petrobrás com o governo cubano. Em virtude das pressões do governo norte-americano, que dá curso ao bloqueio econômico contra Cuba, o Brasil recuou da assinatura do contrato com Cuba, que seria mutuamente vantajoso. A estatal Petrobrás, mundialmente reconhecida por sua capacidade técnica para prospecção em águas profundas, é hoje uma empresa pronta a responder às necessidades de Cuba neste setor, e encontra-se impedida de operar.

Contra Lei das Patentes

O projeto de lei que cria o novo Código de Propriedade Industrial, que inclui o reconhecimento das patentes internacionais, não encontra qualquer apoio na sociedade brasileira, sendo defendido apenas pelo governo Collor e pelos laboratórios norte-americanos instalados no país. Foi o que disse o líder do PCdoB, deputado Aldo Rebelo (SP), frisando que todas as entidades representativas da indústria nacional dos cientistas e dos pesquisadores (a começar pela SBPC), do movimento sindical e, inclusive, da igreja, através da CNBB, condenam o projeto por considerá-lo nocivo aos interesses nacionais.



Aldo Rebelo

Vanessa denuncia

A vereadora do PCdoB de Manaus, Vanessa Grazziotin, levou à público sérias irregularidades nas contas do prefeito Artur Neto no ano de 1989. Apesar de Artur ter apresentado uma enorme pilha de papéis para se defender junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), será difícil para ele explicar o porquê de tantas irregularidades nas contas da Prefeitura. São aproximadamente Cr\$ 40 milhões utilizados irregularmente pelo poder executivo.

Comunista é melhor

O deputado Sérgio Taboada (PCdoB) foi escolhido o melhor da Assembléia Legislativa do Acre. A escolha foi através de pesquisa com eleitores de 90 bairros de Rio Branco. A indicação de Taboada é resultado da excelente atuação dele através de projeto de Lei, emendas, requerimentos e indicações ao Executivo. Além disso, o que mais contou na escolha foi o compromisso de Taboada com os trabalhadores, sem vacilação na defesa das classes exploradas.

A Reforma Fiscal é a temática econômica de primeiro plano nas hostes do Planalto. Dela têm falado com ênfase o desmoralizado governo Collor e a grande imprensa. Foi, da mesma forma, o principal tema do diretor gerente do FMI Michel Candessus, quando esteve em visita de inspeção ao Brasil, na primeira quinzena de junho. Ele foi taxativo em entrevista à Gazeta Mercantil: "O programa econômico do governo é considerado 'coxo' pelo FMI". E num tom arrogante sentenciou: "Temos que dar-lhe uma forte perna fiscal. Sem isso, não se poderá ir longe. Dias depois, em 22 de junho, o dono do banco norte-americano Chase Manhattan, David Rockefeller, transitando pelo país, bateu na mesma tecla, ao criticar a demora com que as reformas econômicas vêm sendo implementadas, com destaque para o chamado "ajuste fiscal".

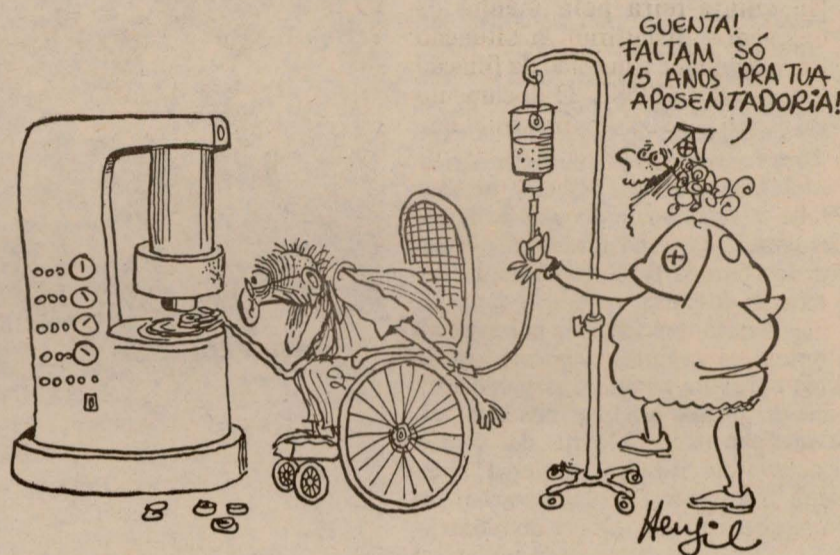
Por que tanta insistência com essa Reforma, o que ela pretende, quem dela se beneficia, quem perde com ela? Ainda que ressabiado com os planos dos governantes burgueses, mais ainda com os nefandos do governo Collor, o leitor comum dos jornais será compelido a responder: a inflação vai diminuir com a redução do número de tributos do Estado, com mais receita e menos despesa, terá mais recursos para gerar novos empregos e investir em saúde, educação e saneamento, etc. A resposta, em tese, seria natural, na medida em que está sendo acionada uma brutal parafernália "global", especializada na arte de manipular e alienar a "maioria silenciosa".

Esbanja-se cinismo e hipocrisia. O inspetor do FMI, Candessus, chegou a dizer "o povo deste país necessita de um sistema tributário moderno. É preciso dar esse componente adicional de reforma tributária, que realmente oriente as bases de um governo mais eficiente, com os recursos necessários para a saúde e a educação". Chega a ser um acinte.

Nem tudo que reluz é ouro...

A Reforma Fiscal é estratégica no projeto reacionário, dito modernizador, do governo Collor. "O presidente me reiterou o compromisso absoluto", pontuou Candessus. Com ele, de um só golpe, pretende-se assegurar a defesa dos interesses dos banqueiros e garantir condições para a expansão do capital monopolista internacional no Brasil. Uma pesada empreitada que, para experiência própria da nação, resultará maior concentração de renda, maiores sacrifícios para o povo trabalhador e perda de conquistas sociais obtidas a duras penas.

Pelas estimativas da Comissão do governo que elaborou o projeto de Reforma Fiscal, o "leão" vai despejar nos cofres públicos mais 2,5 bilhões de dólares de Imposto de



Renda a partir de 1993, arrancados sobretudo das pessoas de renda mais baixa, como resultado da redução da faixa de renda de isenção. Já os bancos e demais instituições financeiras serão os mais beneficiados. Não mais pagarão o Finsocial, a contribuição sobre o lucro e o PIS/PASEP, tributos que darão lugar ao Imposto sobre Transações Financeiras - ITF - a ser cobrado de quem praticar qualquer transação financeira como cheque ou ordem de pagamento. Observadores salientam que as instituições financeiras terão ainda outros ganhos como a redução do Imposto de Renda e da Contribuição sobre a folha dos salários para a Previdência. Através de emendas à Constituição, o Projeto do governo pretende extinguir a aposentadoria aos 35 anos de trabalho, tanto quanto a estabilidade para os funcionários públicos e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Por esses e outros mecanismos, impopulares por natureza, Collor espera aumentar a receita tributária de seu governo em 21 bilhões de dólares já em 1993.

Não pode haver sintonia entre anseios de justiça social e o que diz o FMI - o verdadeiro inspirador da propalada Reforma Fiscal. Aumentar a receita do governo é uma imposição de quem sufocou o Estado brasileiro à exaustão, pôs a corda em seu pescoço e deu o ultimato, exigindo mais concessões, custe o que custar. O Estado passou a arrecadar para premiar o capital parasitário. Veja-se que a dívida interna (cujos maiores credores são os banqueiros e os monopólios) cresceu 1.556,99%, entre março de 1991 e março último, embora a inflação tenha sido de aproximadamente 600%. Os números da perversa engrenagem são fantásticos: o Tesouro Nacional, segundo o Ministério da Economia, desembolsou, entre janeiro e junho deste ano, 1 trilhão 205 bilhões de cruzeiros com juros da dívida interna, o que somado a 1 trilhão 491 bilhões

de cruzeiros de amortização da dívida (interna e externa) totalizam cerca de 4 trilhões de cruzeiros. Ou o equivalente a 17 milhões e 100 mil salários mínimos. O rombo só não é maior porque boa parte da dívida vencida vem sendo trocada por novos títulos com juros ainda mais compensadores. Cerca de 78 trilhões de cruzeiros foram emitidos em títulos, entre janeiro e junho passado. Uma bomba por explodir.

Manda o FMI - Collor obedece

É aí que entra a Reforma Fiscal para, com maior arrecadação, assegurar ao Tesouro melhores condições de pagar os papagaios. Por isso também que o ajuste fiscal (melhor seria o "aperto" fiscal), realimentador da inflação, trata de concentrar recursos no Tesouro Nacional, reduzindo a participação dos Estados e Municípios no bolo tributário arrecadado.

O FMI não dá prego sem estopa. E, para aumentar a pressão, levantou uma espécie de espada de Dâmocles sobre o Congresso, quando, na madrugada do último dia 9, recomendou a assinatura preliminar do "acordo de princípio", nada definitivo, apesar das bravatas de Collor, como se tivesse o que comemorar. O acordo mesmo só será assinado no primeiro trimestre de 1993. É o prazo para tentar dobrar o Congresso Nacional frente as Reformas ditadas pelo imperialismo.

Protestar é preciso

A nação que pulsa, que tem bríos, não pode se calar. A nuvem no horizonte está carregada, prometendo mais inflação e mais privilégios para os monopólios, ao preço de maior penúria para os trabalhadores brasileiros.

O Collor não é só corrupção e a certeza de dias difíceis e de inflação nacional. Sem tudo que balança cai. É preciso um empurrãozinho. O povo com a palavra.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

MOVIMENTOS

CUT quer superar capitalismo

Ao fecharmos essa edição da *Classe* estava em curso a 5ª Plenária Nacional da CUT - de 15 a 19 de julho, em São Paulo. Na quinta-feira pela manhã os delegados discutiram a situação internacional e a questão da filiação da central à CIOSL. O documento aprovado por 80% dos presentes tem pontos positivos, fala claramente que a CUT lutará pela superação do capitalismo rumo a uma sociedade democrática e socialista; além disso, tomou uma posição de solidariedade em relação à Cuba, pela autodeterminação do povo cubano e pelo fim do boicote econômico imposto à ilha pela imperialismo norte-americano.

A polêmica maior se deu em relação à questão da filiação da central à CIOSL. Acabou por prevalecer a posição da Articulação, contrária a todas as outras forças da central, favorável à filiação, por 176 votos contra 106. Isso mostra que há um importante segmento da CUT que não concorda com a posição adotada pela maioria. Não deixa de ser contraditória defender a filiação à CIOSL, que combate a revolução cubana e, ao mesmo tempo, solidarizar-se em Cuba.

A *Classe* entrevistou o Renildo de Souza, da Corrente Sindical Classista e membro da CUT Nacional. Ele expôs as posições que a CSC defendeu no evento.

Classe - Como tem sido o desempenho da CUT diante da crise política nacional?

Renildo - A CUT inicialmente não tomou uma posição clara pelo fim do governo de Collor. Argumentava o problema da legalidade democrática e governabilidade. Num momento



Renildo na plenária da CUT

seguinte conseguiu avançar, principalmente posicionando-se em torno das seguintes palavras de ordem: Basta de corrupção, CPI prá valer e impeachment para Collor. Contudo, a CUT nessa plenária nacional precisa aprovar a exigência do Fora Collor e passar para uma etapa de mobilização de massas pela deposição de Collor. Isso é o que a CSC deseja.

Classe - Existe alguma proposta concreta nesse sentido?

Renildo - A CSC levará à plenária a proposta de um dia nacional pelo impeachment de Collor. Além disso a organização de uma caravana à Brasília nos dias 10 e 11 de agosto quando a CPI encerra seus trabalhos com o mesmo sentido do impeachment. Vamos também levar à plenária nossa posição sobre várias matérias de natureza econômica que estão sendo apreciadas pelo Congresso Nacional; sobretudo para que o Senado não aprove o acordo da dívida externa e para que o Congresso rejeite a reforma fiscal proposta pelo governo. No nosso entender não há

uma separação entre a política e a economia como querem fazer crer os empresários. Marcílio também precisa ser desmascarado como peça chave na execução dos planos neoliberais que tanto prejudicam o trabalhador brasileiro. Ele é também responsável pela recessão e pelo desemprego.

Classe - Alguma novidade sobre a CUT e a situação internacional?

Renildo - A tendência Articulação como tem a maioria dos delegados à plenária, contra a vontade de todas as outras tendências que integram a entidade, deve aprovar sua filiação à CIOSL. O que há de novidade é que pode haver consenso em torno de alguns problemas da situação internacional: na caracterização da crise do capitalismo, na denúncia do conflito entre os países ricos e os pobres, no apontar a perspectivas de confrontos armados regionalizados. Também sobre Cuba pode ser aprovada uma posição de defesa da autodeterminação do povo cubano contra o bloqueio americano sobre a ilha e também de solidariedade ao povo palestino. Mas há uma grande polêmica em como se deve avaliar a crise do socialismo.

Classe - E sobre a participação das mulheres na CUT?

Renildo - A CSC defende uma política que estimule a participação das mulheres no movimento sindical destacando princípio das cotas para a participação feminina nas direções das instâncias da CUT e dos sindicatos; entretanto, o percentual dessas cotas deve ser objeto de debate e amadurecimento político, sem nenhuma posição mecânica ou burocrática.

SBPC compara Collor à ditadura

Em reação à política antinacional, antipopular e corrupta do governo Collor, a sociedade civil, adormecida desde a campanha pelas "Diretas, Já" (1984), está reacordando. Prova disso é a nota da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, divulgada na abertura de sua 44ª reunião anual em São Paulo pedindo a renúncia de Collor. A SBPC lembra, em sua nota, que "no passado denunciou e lutou contra o arbítrio, a censura, perseguições, e discriminações políticas, tortura e violência em geral", numa referência às posições da entidade durante a ditadura militar, quando suas reuniões eram fortes referências e apelos à resistência democrática.

Ao defender "valores e princípios éticos que dizem respeito a toda a sociedade brasileira" (em linguagem bem simples, pelo "Fora Collor"), a SBPC também defende a soberania nacional que se expressa sobretudo pela pesquisa científica e tecnológica autônoma, para a qual a atual política do Governo significa uma ameaça mortal. Em debate sobre "A Crise do Financiamento na Pesquisa no



Candotti lembra a resistência democrática.

Brasil", o próprio diretor geral do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Jorge Guimarães, disse "o Brasil caminhará para o 5º Mundo" se o governo interromper sua política de formação de recursos humanos, como é sua ameaça. No Brasil, há 30 mil pesquisadores e os 1.500 doutores que se formam anualmente não são "suficientes sequer para completar as vagas abertas com as aposentadorias" - disse Jorge Guimarães.

Para asfixiar a pesquisa científica no Brasil e entregar o acervo já conseguido às multinacionais e ao

imperialismo, a política de Collor segue dois caminhos: a tentativa de privatizar as universidades federais (principais pólos de pesquisa autônoma) e redução de verbas. Para o diretor do CNPq, são necessários Cr\$ 187 bilhões, no próximo trimestre só para bolsas de estudo e pesquisas e o Governo Collor apenas promete

Cr\$ 66 bilhões.

Em represália contra a atitude firme e coerente com a vontade nacional da SBPC, o governo Collor está ameaçando cortar as verbas federais para a entidade. Elio Candotti respondeu no ato: "A SBPC não vive de mesada do Governo". No entanto, a ameaça de Collor pode prejudicar a divulgação de informações científicas no país ao cortar as verbas publicitárias de dois importantes veículos editados pela SBPC: a revista *Ciência Hoje* e o *Jornal da Ciência Hoje*.

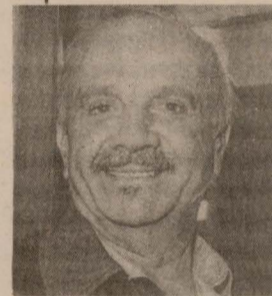
CULTURA

Astor Piazzolla: coração e razão

JOSÉ CARLOS RUY

Certa vez, Astor Piazzolla disse que sua música era para ser sentida com o coração, mas também com a razão. Tarefa difícil para quem praticou - e revolucionou - um gênero tido e havido como essencialmente melancólico e sentimental, para ser fruído com o coração: o tango.

O coração de Piazzolla parou de bater no último dia 4, aos 71 anos de idade, em um hospital de Buenos Aires, a cidade que gerou a música que consagrou Piazzolla, mas nunca reconheceu as transformações profundas que aquele argentino de Mar Del Plata, filho de imigrantes italianos, teve a ousadia de introduzir no dogma consagrado. Durante toda sua vida, foi como se Piazzolla carregasse, na Argentina, o rótulo que outro *deus* do tango, Carlos Gardel, lhe havia pregado nos anos 30 - "Você sabe tudo de bandoneon, mas nada de tango".



Piazzolla

De fato, acostumados à repetição de velhas fórmulas rituais, gente que - preguiçosa demais para pensar - satisfazia-se com a homenagem a seus velhos ídolos, às formas de agir consagradas e fossilizadas, os tradicionalistas jamais aceitaram o "nuevo tango" que Piazzolla apresentou ao mundo nos anos 50. Jamais

aceitaram a ousadia de se limpar a poeira da tradição com o ar puro das influências contemporâneas. Depois de Piazzolla, o tango ficou um pouco parecido com o jazz, e adquiriu um indisfarçável tom erudito, coisa semelhante à que aconteceu com o samba nas mãos de Tom Jobim, João Gilberto e o pessoal da bossa nova.

Isso foi demais. Acusado, por gente que vive no passado, de ter americanizado o tango, enfrentando a frieza do público, a indiferença dos músicos e a fúria dos críticos, Piazzolla ganhou o mundo. Morou primeiro em Nova York, e depois em Paris, cidades onde sua música amadureceu, ganhou admiradores, fama e reconhecimento. Amigo dos brasileiros da bossa nova, principalmente de Vinícius de Moraes, Piazzolla encontrou aqui o ambiente favorável que jamais encontrou na Argentina. A bossa nova acostumou os ouvidos às ousadias estilísticas, explicava ele. Pode ser. Pode ser também que tenha encontrado aqui um ambiente onde os tradicionalistas já haviam sido ultrapassados, em embates anteriores. Na Argentina, ao contrário, os dogmáticos pareciam dominar o tango. E os dogmáticos, em qualquer área, são terríveis, sabem como evitar mudanças, sabem executar os "heréticos" que ousem propor ou fazer mudanças.

O grande artista não é apenas aquele que transmite ou manipula sentimentos. Ele é, principalmente, aquele que transforma seus sentimentos em matéria prima para sua arte. Piazzolla era um desses, daí sua aversão à nostalgia e aos nostálgicos do tango. Daí a incompreensão de tantos que nunca conseguiram entender uma proposta radicalmente nova, nem dialogar com a transformação e o esforço de se usar velhos conhecimentos para exprimir situações e sentimentos novos. Indiferente a eles, Piazzolla colocou o tango num novo e mais elevado patamar de elaboração artística. Adió

Nome por exemplo um dos seus maiores sucessos, foi o momento onde o artista exprimiu sua vontade de mudar. Juntando razão e emoção, ele fez de seu pranto uma obra de arte.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Vozes do Rio de Janeiro

Palestinos querem ações concretas

Um dos principais líderes do povo palestino nos territórios ocupados por Israel, Faïçal Husseini, cobrou do novo governo judeu ações concretas visando a continuação do diálogo para a paz na região. A exigência do povo palestino é o fim da expropriação de suas terras com a paralisação imediata da instalação de colônias judaicas em terras palestinas. Para Husseini é inaceitável a manutenção da política de colonização acelerada pelo governo fascista do Likud e de Shamir. O novo primeiro-ministro de Israel, Isaac Rabin, do Mapai (Partido Trabalhista, ligado a social-democracia), prometeu congelar a política de colonizações e acelerar o diálogo com os árabes e os palestinos visando uma solução de paz. A OLP se reúne nesta terça-feira em Túnis, capital da Tunísia, para discutir uma resposta às propostas ainda muito tímidas de Rabin.

Direita com sublegenda

Embalada pela convenção, realizada na semana passada, a chapa do Partido Democrata norte-americano, encabeçada pelo governador de Arkansas, Bill Clinton, cresceu nas pesquisas e superou em 17 pontos à de George Bush (republicano). Refletindo a onda direitista que assola o mundo, os democratas - que nunca foram muito diferentes dos republicanos - nessa campanha ainda se aproximam mais de uma plataforma essencialmente reacionária. A própria chapa - completada pelo senador Albert Gore, senador do Tennessee - é uma rudeza sulista (o setor mais reacionário do Partido Democrata). O programa joga para o alto duas tímidas características sociais-democratas do Partido: investimentos sociais e intervenção do Estado na economia. Parece que a política americana descobriu a sublegenda e neste ano poderá escolher entre Arena-1, Arena-2, Arena-3, se Ross Perto, o Collor de lá, chegar até às eleições.

Multinacionais crescem

Uma brutal concentração e centralização do capital é o que revela um documento da ONU - "Relatório Mundial sobre Investimentos". Segundo a ONU, existem no mundo 35 mil empresas multinacionais com um faturamento, em 1991, de 4,4 trilhões de dólares. Os países ricos (G-7) atraíram 80% dos investimentos mundiais e destes, quase 60% se concentram nos "três grandes": EUA, Japão e Alemanha. Os países pobres, que concentram mais de 63% da população do planeta, mereceram apenas 17% dos investimentos multinacionais.

Cuba reforma economia

A Assembléia Nacional de Cuba aprovou dia 12 de julho significativas reformas constitucionais. Foi definido o princípio do sufrágio universal nas eleições parlamentares; embora o Estado cubano reafirme seu caráter laico foi reconhecido constitucionalmente o "respeito e a garantia à liberdade religiosa". No plano econômico, a propriedade socialista foi limitada aos meios de produção fundamentais, administrados por empresas autogeridas com recursos próprios. Os proprietários rurais poderão vender suas terras; e são garantidos os investimentos estrangeiros em empresas mistas. O líder cubano, Fidel Castro, garantiu que estas reformas "não levam ao capitalismo e nem significam um processo de privatização".

INTERNACIONAL

Sete samurais de cassetete

JEFFERSON BARROS

Os países ricos (G-7) só conseguem se unir para empunhar o cassetete contra os pobres, como aconteceu na agressão imperialista ao Iraque em janeiro de 91. Quando sentam às suas mesas assépticas, como aconteceu na última conferência de cúpula do Grupo, no palácio que foi do famoso rei Luís, o Louco, da Baviera, em Munich (6 a 8 de julho), as contradições afloram e a unidade só aparece nas fotos oficiais. Como uma simbólica premonição, no entanto, os chefes de Estado e de governos do G-7 precisaram a segurança de 9 mil policiais que ocuparam as ruas da capital bávara visando a coibir pela violência as manifestações de desagrado com a nova ordem mundial neo-liberal, o desemprego e a recessão. 482 pessoas foram detidas e dois jovens brutalmente espancados pelo simples gesto de gritar "US go home".

Longe deste sentido mundo dos protestos, os donos do G-7 respiraram suas próprias contradições. Apesar da pressão americana, a Alemanha continuou sua recusa em baixar sua taxa de juros. Os americanos, com um déficit comercial de 66 bilhões de dólares no ano passado, e com a economia mais parasitária e especulativa do mundo (ver quadro abaixo) exigem esta baixa como condição "para relançar a economia", como disse um de seus representantes em Munich. A Rússia, governada pelo fascista Boris Yeltsin, não foi aceita como o oitavo passageiro da nave dos ricos, como George Bush queria. Alemanha e França vetaram e Yeltsin ganhou, no máximo, uma

passagem de segunda classe (ver quadro abaixo).

Apesar da recente reforma da política agrícola dos países da Comunidade Européia, prevendo o fim total dos subsídios à produção até 1995, penalizando as terras produtivas (ao estabelecer remuneração pelo uso improdutivo e restringindo a política de preços garantidos para a produção agrícola), Munich manteve o impasse que separa norte-americanos e europeus há 5 anos na Rodada Uruguai do GATT (sigla em inglês para Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). A nova política agrícola européia - que

para expressar que não era intenção de ninguém retomar mesmo o crescimento produtivo e reduzir o desemprego. Mais exato seria de tivesse dito que "o crescimento está nas cifras, não na realidade".

Nas entrelinhas de Munich revelam-se o novo conflito mundial que o assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, Brent Scowcroft, definiu como conflito "Oeste-Oeste". Em linguagem popular: "guerra de brancos". Os "brancos" do G-7 desentendem-se sobre quase tudo: sobre a ex-URSS, alemães e japoneses acusam Bush de "lenti-

dão" na ajuda econômica. Sobre o comércio mundial, os americanos querem que os japoneses consumam mais e os alemães menos; na área da segurança, Alemanha e França armaram sua própria força conjunta, para agir em conflitos europeus, fora da OTAN, isto é, da hegemonia americana. Finalmente, sobre a ex-Iugoslávia, os alemães dão força entusiástica ao separatismo croata e o surgimento da Grande Croácia e os america-

nos são cautelosos. Isto não impediu o G-7 de recomendar à Conferência de Segurança Européia, que começou em Helsinqui, capital da Finlândia, dois dias após a reunião de Munich, "o uso da força contra a Sérvia".

O presidente francês, François Mitterrand falou em "dificuldades de comunicações" para expressar tímida avaliação das contradições dos países ricos e a impotência dos outros diante dos conflitos, a cada momento mais evidentes e insolúveis, entre os Big Three (Três Grandes): EUA, Japão e Alemanha, cada vez mais ameaçadores à segurança dos povos e à paz mundial.

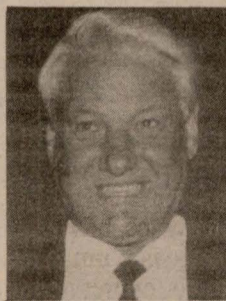


penaliza grandes e pequenos proprietários e ocasionou enormes manifestações de protesto na França, principal país agrícola da Europa - foi uma exigência dos Estados Unidos. Nem assim, o imperialismo ianque se contentou.

Reduzir o desemprego crescente no mundo - em alguns países pobres da Europa, como a Espanha, chega a 16,3%; mas atinge também os ricos do G-7 (Canadá, 10,4%; Reino Unido, 9,5% e França, 9,9%) - foi grande retórica de Munich. O ministro das Finanças da França, Michel Sapin, deu uma síntese desta retórica vazia: "o crescimento está nas cifras, não nas cabeças",

Rato sem mísseis

Rato sem mísseis. Como o rato de Homero, o neocapitalismo capenga da ex-URSS tenta ser um discreto participante do mundo dos ricos. No ano passado, Gorbachev, em Londres; neste, Bóris Yeltsin em Munich, buscaram a mesma coisa: sentar à mesa, pedir migalhas e aparentar poder. Gorbachev, na ocasião, voltou para Moscou e sofreu um golpe; Yeltsin, agora, volta para Moscou "armado" com 1 bilhão de dólares liberados, "politicamente", como confessou o diretor do FMI, Michel Camdessus, para salvar a cara de Yeltsin. Esta cifra é um nada, num país com hiperinflação (350%, em janeiro), sem dinheiro, com produção industrial parada e com penúria de alimentos. Yeltsin só tem duas coisas a oferecer aos ricos: entregar seus mísseis e tentar espantar o imperialismo com ameaça da "volta dos comunistas" ao poder. Para isso intensifica a ofensiva fascista contra a resistência patriótica e socialista da sociedade. Ofensiva sintetizada no processo contra o PCUS que começou dia 6 de julho.



Boris Yeltsin

Parasitas com mísseis

Parasita com mísseis. Esta é a melhor expressão para definir o capitalismo monopolista norte-americano.

Empregando mais de 70% de sua força de trabalho em Serviços (sobretudo no setor financeiro), os Estados Unidos apresentam uma taxa crescente de desemprego, 7,8% e apesar de uma política monetária favorável a demanda, com taxa básica de juros baixa (6% ao ano) não consegue relançar sua produção e até uma greve de ferroviários se torna "ameaça à segurança nacional" como vociferou Bush contra a recente greve. Com déficit fiscal de 400 bilhões de dólares, o capitalismo norte-americano é ameaçado pelo seu "Terceiro Mundo" interno que se manifesta em violência contra a miséria, o desemprego e o racismo como aconteceu em Los Angeles, em maio passado, e na semana passada em Nova Iorque, onde a morte de um jovem dominicano foi o rastilho para a explosão de violência e distúrbios. Cassetetes nas ruas de suas cidades e mísseis no resto do mundo é o que resta de solução para este capitalismo.



George Bush

PCdoB

O sal das esquerdas

EUCLIDES NETO

Ex-secretário de reforma agrária do
governo Waldir Pires - Bahia

Existe um partido em estado de quase pureza ideológica. Quase, porque os últimos acontecimentos exigiram dele adaptações conceituais, para melhor, por sinal. Refiro-me ao Partido Comunista do Brasil. Todas as demais agremiações políticas sofreram mutações tão profundas que, às vezes, ficaram irreconhecíveis. Não me refiro à direita, que tem a coerência histórica de defender os privilégios econômicos da sua própria classe.

O PCdoB mantém as idéias marxistas. Inconfundível. E é de extrema necessidade para os socialistas menos ortodoxos. Assemelha-se a uma reserva de sal. Ninguém se alimenta somente de cloreto de sódio, mas ninguém o dispensa para dar sabor aos alimentos e conservá-los. Continua sendo a marcante referência no discurso político.

Não fosse ele, teríamos os outros partidos de esquerda cada vez mais insossos, perplexos e ambíguos em decorrência da mídia americana, capaz de transformar aço em isopor, depois da coisa Leste europeu.

Continua com a mesma sigla. Alimenta a utopia de um mundo mais iluminado. É a grande resistência à hegemonia do capitalismo sem bofes, da concorrência agressiva, das oportunidades privilegiadas, do livre mercado que estimula as guerras destruidoras para manter as vendas, os seus confortáveis empregos e o lucro a qualquer preço, escravizando economicamente povos. Capitalismo incapaz de elaborar uma autocrítica como o fez a União Soviética. Capitalismo que obrigou a Revolução de Outubro a desperdiçar recursos materiais e técnicos-científicos a fim de defender-se, armando-se, quando devia aplicar tais recursos nas áreas do bem-estar social. Durante mais de 70 anos, quando cometeu excessos de legítimas reações, plenamente

te justificados pelas circunstâncias.

O Partido Comunista, portanto, guarda a essência ideológica. É a cepa das esquerdas modernas. Estas, ainda em forma embrionária, sem a nitidez de uma doutrina cristalizada, alimentam-se da clássica placenta teórica e inesgotável.

Crê em um mundo no qual a técnica científica não precisa reduzir a natureza à simples matéria-prima do consumismo desvairado. Busca o tempo livre para o gozo dos cultos religiosos, do esporte, do trabalho prazeroso, das artes, da solidão desejada, da felicidade, enfim. Prega que a única fonte legítima da propriedade encontra-se no trabalho socialmente reconhecido. Em que os meios de produção sejam um instrumento da liberdade dos povos e não somente um meio de enriquecer indivíduos e nações. É o sal das esquerdas.

* Texto transcrito da Tribuna da Bahia, de 15/07/92.

Partido define posição sobre Saúde

FREDERICO DANTAS ANJOS

Da Executiva da Federação Nacional dos Médicos

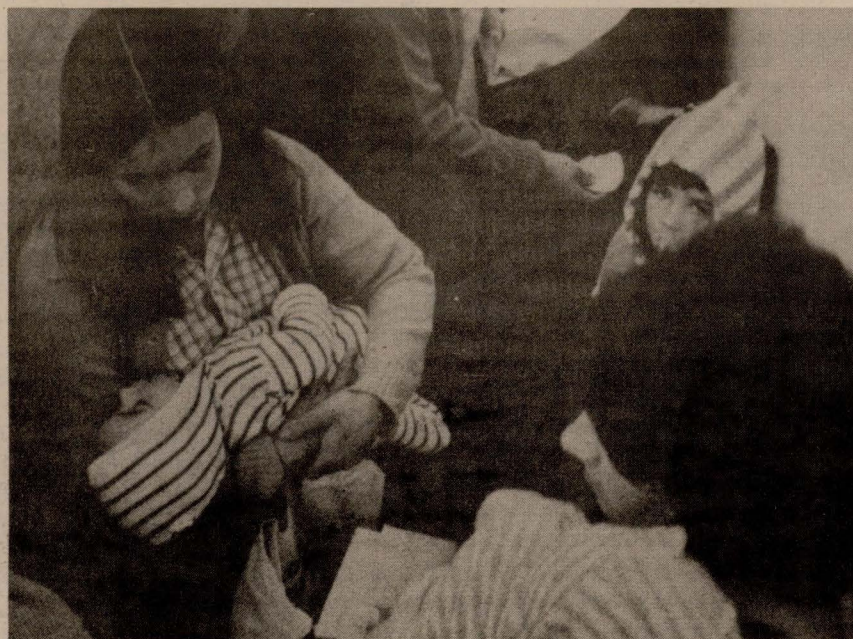
Nos dias 13 e 14, em Brasília, foi realizado um ativo nacional do PCdoB com o objetivo de preparar a intervenção dos comunistas na 9ª Conferência Nacional de Saúde.

Principal evento de saúde deste ano, a 9ª Conferência Nacional será realizada na Universidade de Brasília, no período de 9 a 14 de agosto próximo. Espera-se a participação de mais de três mil delegados e observadores.

Prevista inicialmente para acontecer em 1991 a 9ª Conferência teve adiada a sua etapa nacional, em decorrência das denúncias de corrupção envolvendo o ministério de Alcení/Collor e da política do governo Collor de sucateamento e privatização da saúde pública. Relacionado a este adiamento, vale destacar que nas etapas municipais e estaduais realizadas em todo o país, prevaleceu o caráter crítico, reivindicatório e de contestação da política neoliberal para a saúde aplicada pelo governo federal.

Neste momento de agravamento da crise econômica, social e política, as conseqüências para a saúde são evidentes, trazendo o aumento da miséria, da fome e, em conseqüência, das doenças como tuberculose, cólera e malária. Observa-se ainda a progressiva diminuição do investimento público e sucateamento dos serviços públicos de saúde. Esta é a receita neoliberal para a saúde. Cabe combatê-la.

Nesse sentido, os delegados e observadores comunistas poderão jogar papel destacado nas discussões e manifestações durante a Conferência, principalmente no sentido de identificar as causas e combater o governo Collor e sua política



Comunistas rejeitam recolta neoliberal para Saúde

entreguista, privatizante e contrária aos interesses nacionais e populares.

No ativo foram destacados alguns temas que os comunistas consideram fundamentais, como o das patentes (medicamentos, equipamentos); seguridade social; defesa do S.U.S. (financiamento, controle social, recursos humanos); demografia entre outros.

Foi deliberado também que haverá a elaboração de textos básicos sobre os principais temas e um documento político que expresse a posição do Partido Comunista do Brasil sobre a 9ª Conferência Nacional de Saúde e a crise no país.

Nos próximos dias, nos estados do Acre (7/08), Roraima (20 e 21/07), Rondônia (24/07), Brasília (1/08), Mato Grosso (24/07), Rio de Janeiro (25 e 26/07), Pernambuco (24 e 25/07), São Paulo (30/07), Rio Grande do Sul (31/07) e Alagoas (30/07) ocorrerão eventos preparatórios da 9ª Conferência onde os

comunistas deverão participar e atuar. É fundamental que seja garantida a presença de todos os delegados à 9ª Conferência, tendo em vista a sua importância no momento político nacional.

Fórum máximo da saúde no país, a 9ª Conferência vem sofrendo desde o início do governo Collor diversas tentativas de esvaziamento, descaracterização e adiamentos. Até a sua pauta fragmentada em cerca de 100 grupos e 30 painéis, reflete a tentativa do governo de pulverizar o discurso e evitar o debate dos temas centrais da crise.

Caberá aos comunistas, ao movimento popular e sindical, à intelectualidade e profissionais progressistas, dar rumo às discussões, transformando a Conferência num importante espaço de questionamento, manifestações e luta contra o governo Collor e sua política anti-nacional, privatizante, e contrária aos interesses populares.

OLHO VIVO

Independência
política

ROGÉRIO LUSTOSA

Membro da CC do PCdoB

Batalhar pela ampliação e unidade do movimento oposicionista, é essencial para o sucesso da luta contra Collor. Isso não significa, entretanto, transformar essa orientação em dogma e condicionar, em qualquer situação, a atividade do PCdoB à aprovação prévia da frente.

No quadro atual, em rápido agravamento, a presença das massas nas ruas é o fator-chave que pode definir os rumos do combate contra a corrupção e a desastrada teimosia antinacional e antipovo do governo. É imprescindível que os comunistas saibam combinar a tática mais flexível possível, visando somar o máximo de forças, com a capacidade de tomar iniciativas que alertem a opinião pública e ajudem a convencer os indecisos a se incorporarem num vigoroso movimento popular.

Papel revolucionário

As novas formas de atuação e as novas palavras de ordem, adequadas ao momento, nem sempre são compreendidas com a mesma velocidade e do mesmo modo por todos os possíveis aliados. Se o PCdoB fica amarrado a uma concepção de "tudo pela frente", abdica de seu papel revolucionário, pode ficar a reboque do movimento espontâneo.

A própria diretriz "Fora Collor", por um bom tempo não sensibilizava expressivas correntes progressistas. Nem por isso seria correto, a pretexto do "isolamento" (temporário) do Partido, adotar uma posição conciliatória com a Casa da Dinda. Nas coligações eleitorais também, em certas ocasiões, foi necessário recusar a arapuca estreita e as exigências exclusivistas de grupos de "esquerda" e estabelecer acordos com outros partidos.

Porto Alegre e Ribeirão Preto (SP) são dois exemplos dessa atitude firme do PCdoB.

Por outro lado, é bom estudar se não ocorreram casos em que era necessário romper o cerco e tomar um caminho próprio para assegurar a autonomia do Partido mas que, por falta de compreensão dos objetivos maiores do proletariado ou de decisão política, os comunistas se colocaram numa posição incômoda, em alianças desvantajosas. Ou ocasiões em que, devido a resistências de "aliados", perdemos a iniciativa.

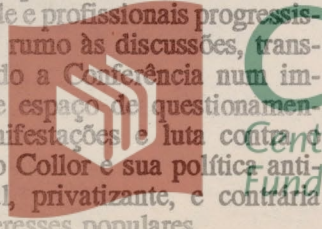
Dominar a tática

Não se marcha pela trilha revolucionária com atitudes sectárias e exclusivistas. Mas, também não se pode conquistar as grandes massas para as idéias proletárias sem assegurar a independência política de seu destacamento avançado.

No próprio interior da frente, há unidade e divergência. É possível, sem criar atritos com os aliados, manifestar as opiniões próprias do PCdoB, apoiar-se nas correntes mais avançadas, puxar o conjunto para atitudes mais enérgicas. E participar das manifestações com nossas bandeiras, nossas faixas, nossas palavras de ordem e nossa política socialista.

Na campanha eleitoral, para concretizar os objetivos traçados pelos comunistas, os militantes terão que dominar os dois aspectos: a luta por mudanças políticas amplas e preservar a independência do Partido.

A presença das massas é o fator-chave que pode definir os rumos do combate



Centro de Documentação e Memórias
Fundação Getúlio Vargas

HÁ GENTE DEMAIS?

*Países ricos aceleram práticas
contra a natalidade dos pobres*

FÁTIMA OLIVEIRA
Secretária Geral da UBM

"A convicção cega de que temos de fazer alguma coisa com o comportamento reprodutivo das outras pessoas e que podemos ter de tomar iniciativas, quer elas gostem ou não, deriva da pressuposição de que o mundo nos pertence, a nós que tão eficientemente exaurimos seus recursos, e não a eles, que não cometeram essa loucura".

Germaine Greer
in "Sexo e Destino - A Política da
Fertilidade Humana"

A política de população do imperialismo é retratada com objetividade em documento divulgado no dia 24 de junho pela Organização Mundial de Saúde. Segundo este documento, redigido por ocasião do 20º aniversário do lançamento de um programa internacional sobre a reprodução humana, atualmente 380 milhões de pessoas usam técnicas contraceptivas "modernas e seguras", como sintetiza o jornal francês *Le Monde* em sua edição de 25 de junho.

Os dados do documento da OMS são reveladores e indicam que para o imperialismo, na prática, não faz a menor diferença a decisão da ECO-92 de não reconhecer que "o excesso de população é uma das principais causas de degradação do planeta". Ao contrário. Para o imperialismo e sua "nova ordem mundial" neoliberal, o ser humano continua sendo uma "poluição" e o mandamento - "Não vos multipliqueis" - é a regra, como forma de permitir com segurança a multiplicação e a acumulação do capital. Os países pobres, na ECO, reagiram com firmeza contra a aprovação deste documento que, em verdade, seria apenas afirmação de que a fria mercadoria (capital) é superior à diversidade do ser humano.

A aprovação dessa resolução na ECO seria apenas um referendo visando por fim à controvérsia histórica entre burguesia e vanguarda dos oprimidos - que existe desde Malthus.

O modelo de família pequena

Na atualidade 50% dos casais no mundo recorrem à alguma medida contraceptiva, (contra 9% entre 1965 e 70) situação esta que se revela por uma queda progressiva da taxa média de fecundidade. Nos países em vias de desenvolvimento em 1970 a média de filhos por mulher era de 6,1; em 1992 é de 3,2 e espera-se que no ano 2000 seja de 3,1.

Reforça-se assim o modelo de família pequena e cada vez menor, instalado pela sociedade urbano-industrial.

Entre 1960-65, 31 milhões de pessoas faziam contracepção. Em 1992 este número chega a 380 milhões. Estima-se que no ano 2000 atinja-se a casa dos 560 milhões.

Esse incremento numérico significativo é devido sobretudo à "aceitação" da moderna anticoncepção

nos países do Leste Asiático, onde no período de 1960-65 apenas 18 milhões de pessoas controlavam sua fecundidade, e atualmente este número é de 217 milhões. Cerca de 70% dos casais fazem uso da anticoncepção.

Indução à esterilização cirúrgica

O relatório detecta ainda que há uma estagnação da contracepção oral (pílula) e um aumento da esterilização cirúrgica (ligadura de trompas e vasectomia), particularmente na Índia e na China. Destaca também que nos países pobres a esterilização de mulheres ocupa o 1º lugar no controle da fertilidade, muito à frente do 2º lugar ocupado pela esterilização masculina e a pílula, e que a camisinha é o meio menos utilizado, juntamente com a tabela e o coito interrompido, muito embora tenha aumentado a utilização da camisinha em virtude da AIDS.

Nos países ricos o coito interrompido ocupa o 1º lugar entre os métodos, seguido de perto pela camisinha. A contracepção hormonal (pílula) é a penúltima das opções e a esterilização cirúrgica ocupa o último lugar e com uma taxa irrisória em relação aos demais métodos.

Segundo a OMS em 60% dos países as pessoas (diga-se mulheres) têm acesso fácil à "contracepção moderna", gastando apenas 1% dos seus salários. Muito embora este seja um dado real, os abortos provocados estão entre 36 a 53 milhões, dos quais de 15 a 22 milhões são clandestinos e são feitos principalmente onde o aborto é criminalizado.

A situação de legislação mundial sobre o aborto é a seguinte:

- 32 países (25% da população mundial) proíbem o aborto;
- 42 países (12% da população mundial) permitem o aborto por razões médicas e em caso de incesto e estupro (inclusive o Brasil);
- 13 países (23% da população mundial) - autorizam o aborto por razões sociais ou sócio-médicas;
- 25 países (40% da população mundial) o aborto é descriminalizado e legalizado.

"Habilidade" do imperialismo

Há que se reconhecer a "habilidade" do imperialismo na implementação de sua política de população, nitidamente de contornos de controle demográfico. Há que se dar nota de como as classes dominantes souberam utilizar como massa de manobra para os seus propósitos contingentes enormes de mulheres ávidas por decidir sobre o próprio corpo e sexualidade.

De fato, souberam muito bem lançar mão de táticas infalíveis para acercarem-se do movimento feminista e ecológico dos países em desenvolvimento. Atualizaram seu discurso controlista, modernizando-o ao nível da defesa do direito de decidir e pelo livre exercício da sexualidade em todas as suas dimensões (bandeiras históricas do feminismo).

Fizeram de tudo com tanta maestria que hoje podem insinuar que o maior aliado da contracepção (leia-se controle de natalidade) foi o movimento feminista ao conceber o conceito de atenção integral à saúde da mulher, em cujas ações está incluída a contracepção.

No afã de legitimar o controle demográfico douram sua asquerosa intervenção com a auréola do apoio democrático e progressista do discurso feminista, e utilizam-se do argumento de que as mulheres em todos os tempos aspiraram controlar a sua fecundidade. Vão mais além. Afirmando que o capitalismo concretamente pode separar sexualidade de reprodução. De fato, o capitalismo possui os instrumentos para isso, mas é incapaz de oferecer condições sociais e materiais que permitam às mulheres separar sexualidade de

reprodução, como quiserem e entenderem. Esquecem-se de dizer que nos Programas de Atenção Integral à Saúde da Mulher em curso na América Latina o Planejamento Familiar prevê contracepção e tratamento de infertilidade, e tudo representa apenas um dos itens destes programas. O único item implantado até hoje no mundo pobre. Aproveitam-se, da fragilidade organizativa do feminismo para cooptar parcelas amplas deste movimento e garantir que políticas malthusianas sejam consolidadas.

A burguesia não teme mais o mito da superpopulação, o boom da contracepção pode garantir níveis demográficos de acordo com as necessidades e a capacidade de comando que o capitalismo detém. mento contra as necessidades crescentes de miséria: aliadas do mercado de trabalho e de consumo, para as quais só o fim do ciclo capitalista trará o direito à uma vida digna.

